

José Alves Dias
Lívia Diana Rocha Magalhães
Organizadores

CULTURA, EDUCAÇÃO, MEMÓRIA E SABERES
1^a Edição Eletrônica

Uberlândia / Minas Gerais
Navegando Publicações
2020



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	1
José Alves Dias	
Lívia Diana Rocha Magalhães	
DOI – 10.29388/978-65-81417-23-9-0-f.1-4	
CAPÍTULO 1	5
EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA E AFIRMAÇÃO ÉTNICA DOS BORARI E ARAPIUM DA T.I. MARÓ, NO BAIXO AMAZONAS	
Gilberto César Lopes Rodrigues - José Claudinei Lombardi	
DOI – 10.29388/978-65-81417-23-9-0-f.5-24	
CAPÍTULO 2	25
ESCOLARIZAÇÃO E POVOS INDÍGENAS NO MARANHÃO	
Elizabeth Maria Beserra Coelho	
DOI – 10.29388/978-65-81417-23-9-0-f.25-36	
CAPÍTULO 3	37
O ÍNDIO SOB O OLHAR DO OUTRO: A DIFERENÇA CONSENTIDA EM NOVE NOITES, DE BERNARDO CARVALHO	
Márcia Manir Miguel Feitosa - Silvana Maria Pantoja dos Santos	
DOI – 10.29388/978-65-81417-23-9-0-f.37-50	
CAPÍTULO 4	51
A PRESENÇA DO CRISTIANISMO PROTESTANTE ENTRE OS GUAJAJARA DA ALDEIA BACURIZINHO EM GRAJAÚ/MA	
Isabela Cristina Torres e Silva - José Alves Dias	
DOI – 10.29388/978-65-81417-23-9-0-f.51-68	
CAPÍTULO 5	69
AMBIENTE E CULTURA NO MARANHÃO COLONIAL: A CONTRIBUIÇÃO DOS SABERES DOS INDÍGENAS	
Antonio Cordeiro Feitosa	
DOI – 10.29388/978-65-81417-23-9-0-f.69-82	
CAPÍTULO 6	83
NO RASTRO DOS VOGADOS: A LONGA CAMINHADA RUMO A TERRA SEM MALES	
Paulo Humberto Porto Borges	
DOI – 10.29388/978-65-81417-23-9-0-f.83-98	
CAPÍTULO 7	99
MEMÓRIA E REPRESENTAÇÃO DE D. PEDRO II E SUA CORTE IMPERIAL NA FESTA DO DIVINO ESPÍRITO SANTO EM ALCÂNTARA/MA	
Ilanna Maria Izaias do Nascimento - Maria Aparecida Silva de Sousa	
DOI – 10.29388/978-65-81417-23-9-0-f.99-108	
CAPÍTULO 8	109
EDUCAÇÃO E LINGUAGEM RELIGIOSA: QUADROS SOCIAIS DE UMA ESCOLA NACIONALISTA	
Tatiane Malheiros Alves - Lívia Diana Rocha Magalhães	
DOI – 10.29388/978-65-81417-23-9-0-f.109-119	

CAPÍTULO 5

AMBIENTE E CULTURA NO MARANHÃO COLONIAL: A CONTRIBUIÇÃO DOS SABERES DOS INDÍGENAS

Antonio Cordeiro Feitosa
Universidade Federal do Maranhão
acfeitos@gmail.com

Introdução

A ocupação e permanência do homem em determinado espaço resulta de uma sucessão de etapas marcadas pelo reconhecimento das potencialidades do território e dos recursos disponíveis para aproveitamento imediato pelos primeiros povoadores. No Brasil e no Maranhão, este processo foi iniciado com a chegada dos habitantes primitivos que por séculos percorreram o território procurando recursos de sobrevivência e desenvolvendo modos de adaptação aos rigores da natureza. Na continuidade desta marcha, incluíram-se disputas ferrenhas pela conquista de áreas mais abundantes em recursos naturais de obtenção mais direta em face do estágio de apropriação das técnicas pelos diferentes grupos de indígenas.

Descrevendo as características do Brasil, quando da sua localização por Pedro Álvares Cabral, em 1500, Souza (1938) registrou significativa diversidade de paisagens naturais, de costumes e de condições de vida dos grupos indígenas dispersos ao longo do território, evidenciando níveis diferenciados no modo de vida e nas relações com o ambiente e entre os agrupamentos de indivíduos. Tais particularidades se materializavam mesmo entre grupos de mesma matriz cultural, variando conforme os recursos disponibilizados pelo ambiente ocupado. Neste panorama, distinguem-se as disputas entre os dois grandes troncos linguísticos, Tupi-Guarani e Jês, particularmente quando ocupavam o litoral e o sertão.

Sousa (1938), Couto (2011) e Feitosa (2017) destacam que, entre os grupos de indivíduos do tronco Jê, predominavam as atividades nômades que praticavam, exclusivamente, a coleta de produtos para consumo direto, enquanto entre os do grupo Tupis-Guaranis havia muitos grupos semissedentários que praticavam culturas agrícolas de subsistência, como a mandioca e o milho, entre outros. As disputas históricas entre os grupos de povos primitivos eram motivadas, como desde o primitivismo da história do homem, para ocupar os espaços dotados de maior abundância de recursos que atendessem sua dieta alimentar.

A ocupação do território maranhense ocorreu na continuidade das ações desenvolvidas pelos primitivos habitantes, resultando em uma sucessão de etapas marcadas por diligências dos primitivos habitantes de adaptação ao território, entre as quais se incluíam disputas ferrenhas pela conquista de áreas mais abundantes em recursos naturais de obtenção mais direta em face do estágio de apropriação das técnicas pelos diferentes grupos de indígenas.

Os primeiros relatos de exploradores testemunham condições idênticas às dos primeiros habitantes do Brasil (D'ABBEVILLE, 1975; D'EVREUX, 2007) situação que, segundo Feitosa (2017), perdura até a atualidade com a presença de grupos indígenas vivendo ainda em estágio de seminomadismo, praticando quase exclusivamente a coleta, a caça e a pesca, com incipiente nível de manufatura de utensílios e nenhum conhecimento de práticas agrícolas sistematizadas.

No presente estudo, são apresentados alguns traços das condições referidas, notadamente para o território que compreende o atual estado do Maranhão, que representa a segunda maior extensão costeira dentre os estados da região Nordeste e do território brasileiro, posto que os índios representassem grandes obstáculos à conquista do território pelos colonizadores, mas, em muitas situações, também contribuíram, significativamente, para os sucessos dessas iniciativas.

O ambiente do Maranhão colonial

O conceito de ambiente expresso neste estudo compreende o conjunto de todos os elementos naturais e sociais encontrados pelos portugueses no território do atual estado do Maranhão, implicando os elementos, os agentes e os processos naturais e as atividades humanas, considerando as escalas espaciais e os níveis de evolução e de complexidade (FEITOSA, 1989). Este conjunto de fatores é abordado com referência ao período da colonização do Maranhão, iniciada cerca de um século após a do Brasil.

Numa abordagem evolutiva da relação do homem com o ambiente do Maranhão, Feitosa (2016) refere que

[...]os registros da condição humana perpassam pelos estágios de determinismo e de possibilismo geográfico, evidenciando forte paralelismo entre ambos ao longo dos processos de ocupação e povoamento da terra pelos indígenas e da conquista e povoamento pelos portugueses.

O meio natural

Dentre os muitos relatos sobre as características do ambiente encontrado pelos colonizadores europeus a aportarem na costa brasileira, Cunha (2012, p. 08), a partir das reflexões de Todorov (1983) sobre a conquista da América, registra que os primeiros navegadores pensaram ter atingido o

[...] paraíso terreal: uma região de eterna primavera, onde se vivia comumente por mais de cem anos em perpétua inocência. Deste paraíso assim descoberto, os portugueses eram o novo Adão. A cada lugar conferiram um nome — atividade propriamente adâmica — e a sucessão de nomes era também a crônica de uma gênese que se confundia com a mesma viagem. A cada lugar, o nome do santo do dia: Todos os Santos, São Sebastião, Monte Pascoal. Antes de se batizarem os gentios, batizou-se a terra encontrada.

Por ocasião da chegada dos conquistadores europeus ao Maranhão, os elementos naturais do ambiente eram caracterizados pela predominância dos processos resultantes da dinâmica própria da natureza, em condições de alta energia, devido aos índices elevados de temperatura, pluviosidade e umidade. Tais índices promoviam certo equilíbrio das energias dos sistemas ambientais, em face da pouca capacidade de intervenção dos indígenas na natureza, tanto pela densidade de população, como pela capacidade de intervenção na organização do espaço.

Os primeiros registros sobre o território maranhense, escritos entre 1612 e 1622, (D'ABBEVILLE, 1975; D'EVREUX, 2007; SILVEIRA, 2013), evidenciam a abundância de riquezas naturais, notadamente, madeira e animais exóticos cuja abundância despertara grande interesse dos conquistadores, apesar de suas atenções voltadas para a busca de recursos de maior valor no mercado europeu, como o ouro e as drogas do sertão. Posteriormente foram descobertas reservas desse mineral em território maranhense, mas em condições pouco favoráveis à exploração rentável.

Segundo Feitosa (2014), a exuberância da flora e da fauna eram facilmente constatadas, porém a abundância destes recursos, assim como da água, não representava mais que meios de satisfazer as necessidades básicas da população. Relativamente à vegetação, vislumbrava-se a possibilidade de explorar madeiras nobres e de encontrar as “drogas do sertão”, produtos que apresentavam potencial de uso semelhante a algumas especiarias obtidas diretamente das Índias.

Para os europeus, o clima representava um desafio em face dos rigores da temperatura e da umidade. Embora com médias térmicas anuais semelhantes aos verões europeus, as impressões dos conquistadores franceses e portugueses eram de um ambiente inóspito a ponto de d'Abbeville (1975) ter afirmado que, ao meio-dia, a água do mar fervia, afirmação decorrida, certamente, de julgamento sem observação criteriosa. Adicionalmente, restava a continuidade das altas temperaturas por todo o ano, não havendo frio, exceto as amenidades marcadas pela influência da alta pluviosidade que diferencia a Amazônia do restante do território brasileiro.

A combinação de altas taxas de temperatura e de umidade bem distribuídas ao longo de todo o ano culminava no equilíbrio entre os fluxos controladores dos sistemas ambientais, expresso pelo clima da vegetação cuja expressão mais visível era uma floresta exuberante e capaz de impressionar os mais experientes exploradores e viajantes dos séculos XVI ao XVIII, com grande repercussão até a atualidade (FEITOSA, 2012).

O relevo predominante baixo e plano a suavemente ondulado, exceto em trechos com maior índice de dissecação, não oferecia obstáculos às atividades humanas. Contudo, a densidade da vegetação, muitas vezes associada à abundância de corpos hídricos com grandes extensões de terrenos baixos e alagados, representava fortes obstáculos à circulação de pessoas e de produtos, mesmo com emprego de pequenas canoas. Os solos, embora predominantemente ácidos por causa das altas porcentagens de areias quartzosas, possuíam relativa fertilidade apenas enquanto retinham maiores percentuais de matéria orgânica em

processo de ciclagem de nutrientes.

Condicionantes sociais

Quanto aos condicionantes sociais, a região era ocupada por aglomerados esparsos de populações indígenas vivendo em estado gregário, utilizando-se de técnicas primitivas para extraír e consumir os produtos da natureza. Apesar do incipiente nível das apropriadas, os índios estavam integrados à natureza, conheciam muito bem o território e dominavam as formas de superação dos obstáculos representados pela floresta e pelos animais, além de possuírem amplo conhecimento dos poderes fitoterápicos da flora.

Relatos dos precursores da historiografia maranhense, entre os quais se destacam d'Abbeville (1975) e d'Evreux (2007), registram a presença de aventureiros europeus na costa do Maranhão, negociando com os índios que povavam os diferentes segmentos desse espaço, destacando certa ingenuidade dos negociadores indígenas quando da troca de produtos da terra pelas mercadorias oferecidas por aqueles aventureiros. Contradicitoriamente, no que se refere ao trato com os demais grupos indígenas, Couto (2011, p. 49) assinala que

[...] os conflitos seculares que se verificaram entre os vários grupos indígenas pela posse da faixa costeira foram provocados pela imperiosa necessidade de procurar dominar um nicho que fornecia alimentos abundantes, designadamente peixe, tartarugas, moluscos, crustáceos e sal, imprescindíveis para a dieta aborígene, sobretudo se se atender ao fato de que os recursos sinergéticos eram insuficientes para fornecer a quantidade de proteínas indispensável à sua conveniente nutrição.

O mesmo autor destaca que, para uma comunidade indígena do norte do Brasil em conquistar e exercer o domínio sobre uma região com abundância de recursos naturais, teria que ser orientada para a “conquista de uma parte da várzea amazônica ou da orla marítima. Naturalmente ganhavam a disputa os grupos tribais mais coesos, numerosos e tecnologicamente mais bem apetrechados”. Nesse particular, acrescentamos que o espírito de determinação, expresso pela beligerância dos guerreiros, muitas vezes modificava o curso da história de algumas refregas. A atenção para o litoral justifica-se pela pouca oferta de alimentos disponibilizada pelo sertão.

Uma grande extensão de terras do norte da capitania do Maranhão preenchia, ao mesmo tempo, a condição de Amazônia e de litoral cuja oferta de recursos naturais para obtenção direta tinha motivado guerras tribais pela conquista do seu território. Apesar da ausência de registros desses acontecimentos, uma evidência irrefutável de sua existência é pontuada pelo sentimento de ódio aos Peró pelos índios de Upaon-açu, nome dados aos portugueses pelos tupis-guaranis por ocasião da guerra que mantiveram com estes colonizadores em Pernambuco, cuja duração é estimada em 30 anos. Os índios derrotados teriam fugido para o Norte.

A guerra entre os tupinambás e os portugueses é atestada por Moreno (2011), ao constatar o ódio que os índios habitantes da ilha do Maranhão, em 1615, nutriam contra os portugueses, cuja memória fortalecia a aproximação com os franceses e sua aceitação como parceiros. Hemming (2007, p. 297) afirma que “tanto os franceses como os tupinambás estavam desesperadamente ansiosos para estabelecer boas relações mútuas no Maranhão. Cada um deles encava o outro como proteção contra os portugueses”.

O padrão amazônico da natureza, segundo Feitosa (2016), diferente do que dominava no Nordeste semiárido, oferecia abundância de recursos da biodiversidade da fauna e da flora, capaz de fornecer as proteínas necessárias e suficientes para atender a demanda da baixa densidade populacional, em parte seminômade, e que se utilizava de técnicas agrícolas incipientes. Tal condição pode ser depreendida da afirmação de Ives d’Evreux, em expedição ao Mearim, em 1613 (D’EVREUX, 2007, p. 22), que destacamos:

A terra é forte e fértil e ainda produz com maior garantia que a do Maranhão ou de suas vizinhanças; e dizem-se que dá duas colheitas por ano. As florestas são altas, virgens e enobrecidas de muitas espécies de madeiras, quer próprias à tinturaria quer à medicina, e asseguram-nos os selvagens que lá moram, existir aí o pau-brasil. No meio destas florestas, há muitos veados, capivaras, cabras, vacas-selvagens e javalis, e em poucas horas matareis tantos quantos precisardes; e para que não me acusem de usar de hipérboles, invoco o testemunho dos que viajaram pelo Mearim, e hoje se acham em França.

Alguns registros da distribuição dos povos indígenas na costa brasileira, no início do século XVI (SOUZA, 1938), atestam a ocupação desse espaço pelos índios Tremembés. Entretanto, quando da chegada dos franceses ao Maranhão, no início do século XVII, os territórios da ilha Upaon-Açu (ilha do Maranhão) e seu entorno como Tapuyatpera e Cumã, eram ocupados pelos índios tupinambás, fato que evidencia sua conquista por esse povo, o que é reforçado pela presença dos Tremembés apenas nos segmentos da costa a leste e a oeste do Golfão Maranhense.

Segundo Couto (2011, p. 51), os grupos do tronco Jê dominavam a costa maranhense, com hegemonia dos Tremembés, pertencentes à família Cariri, cuja área de influência se estendia desde a foz do rio Gurupi, a oeste, até a foz do rio Camocim, no Ceará. Esta ocupação não se fazia efetiva, posto que resultava de constantes embates entre grupos inimigos, tendo como motivação a conquista de espaços abundantes em recursos para alimentação e segurança.

Correlacionando interpretações de vários estudiosos dentre os quais Pompeu Sobrinho (1955), Lima (1989) apresenta um panorama de quatro correntes migratórias dos povos primitivos da América das quais três teriam chegado ao Maranhão, identificadas e nomeadas por igual número de povos (Quadro 1), que teriam originado todos os povos encontrados pelos portugueses durante o processo de conquista e ocupação do território. Convém registrar que alguns pequenos grupos poderiam já ter sido extintos durante as guerras tribais, pois

os vencidos eram mortos ou escravizados e devorados posteriormente, perdendo-se sua representação.

Quadro 1 – Correntes migratórias primitivas e seus representantes

CORRENTE	POVO	PERÍODO(Milênio)	REPRESENTANTE
I	Lácidas	7º ao 4º	Jê
III	Nordéstidas	4º ao 3º	Tremembé
IV	Brasílicas	3º ao 2º	Tupi-guarani

Fonte: adaptado de Lima e Aroso (1989).

Nas memórias de viagens pelo interior do Maranhão, entre 1815 e 1841, Ribeiro (1860) refere todas as nações gentias encontradas, indicando algumas informações importantes como localização, manifestações comportamentais e práticas culturais percebidas durante os contatos, ainda que efêmeros. Por seus registros é possível identificar inúmeros povos descendentes das três correntes migratórias que teriam atingido o Maranhão. Sobre cada um dos povos referidos por Francisco de Paula Ribeiro, Lima e Aroso (1989) discriminam sua provável descendência em inúmeros grupos e subgrupos de indivíduos, indicando dados importantes para novos procedimentos investigativos.

Segundo Lima e Aroso (1989, p. 30), as aglomerações de indivíduos do grupo Jê ocupavam quase todo o território maranhense. Contudo, à época do contato com os europeus, “já, estavam empurrados pela ponta de lança dos Tupis-Guaranis”. Quanto ao povo Tremembé, teria perdido a ilha Upaon-Açu para os invasores e ficado com o domínio dos territórios do delta do Parnaíba, no litoral leste, e a baía de Turiaçu, no litoral oeste do Maranhão.

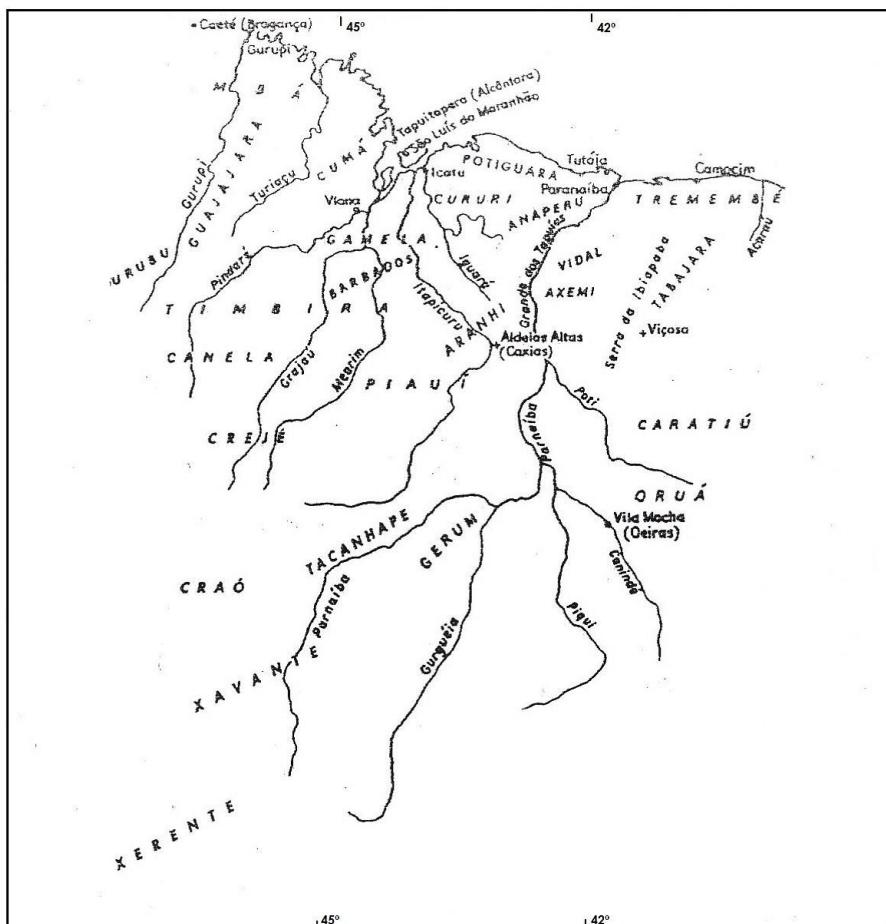
Conforme Lopes (1970, p. 68), os tupinambás da costa baiana foram forçados a emigrar devido à guerra com os portugueses e vieram “em boa parte para o norte, até o Maranhão, através do São Francisco, fugindo à destruição com que os ameaçavam os portugueses de Todos os Santos e outras capitâncias orientais”. Alguns grupos de remanescentes dessa guerra conseguiram se instalar na ilha Upaon-Açu, expulsarem os Tremembés, onde os franceses os encontraram. Esta ilha foi nomeada Ilha Grande do Maranhão (FEITOSA, 1989).

No sertão maranhense, a baixa densidade da ocupação pelos índios era atestada por muitos estudiosos, dentre os quais registramos a estimativa de Hemming (2007), que atribui a existência de 109.000 índios no território correspondente ao atual estado do Maranhão, em 1500, devendo-se considerar a imprecisão dos limites territoriais (Figura 1). Convém registrar que a ocupação efetiva do Maranhão pelos colonizadores só foi iniciada oficialmente 115 anos mais tarde e ainda está inconclusa.

Relativamente à presença humana na paisagem maranhense anteriormente à ocupação europeia, importante registro feito por Barbosa de Godóis (2008, p. 60) valida a existência de 27 aldeias na ilha Upaon-Açu, totalizando 10.200 moradores e cerca de 11 aldeias em Tapuyatpera e Cumã, sem estimativa

de população.

Figura 1 – Distribuição dos indígenas no território do Maranhão Colonial



Fonte: adaptado de Hemming (2007).

Segundo Feitosa (2016), “as terras da costa norte do Brasil figuraram no contexto das disputas entre os portugueses e os espanhóis, pela partilha do mundo imaginado, no final do século XV”, ratificadas pelo tratado de Tordesilhas, em 1494. Com a localização do Brasil, em 1500, a nova possessão passou a integrar o patrimônio e o imaginário dos portugueses até a instituição do sistema de capitania hereditárias e a primeira tentativa de ocupação do Brasil em 1530 (FEITOSA, 2014), quando se tornou conhecida através da visita de Diogo Leite, por determinação de Martim Afonso de Souza.

Até o presente, a historiografia sobre a capitania do Maranhão não tem registrado quaisquer informações escritas por Diogo Leite relatando a viagem até o Maranhão, exceto o fato de constar nos primeiros mapas do Brasil a denominação de “Abra de Diogo Leite” na área correspondente à Foz do Rio

Gurupi, depreendendo-se que este navegador teria alcançado o local e marcado sua visita validando o domínio português do território, pelo reconhecimento da linha de Tordesilhas.

Os insucessos dos donatários da capitania do Maranhão, durante as primeiras tentativas de colonização ao longo do século XVI, resultaram no desinteresse de novas iniciativas de portugueses com tal propósito, e, por cerca de meio século, a capitania ficou abandonada, situação que motivou iniciativas de aventureiros de várias nacionalidades, inclusive portugueses, que passaram a frequentar a costa norte do Brasil para negociar com os índios, obtendo muitas vantagens na aquisição de diversos bens minerais além de produtos da fauna e da flora regional que tinham grande valor no mercado europeu.

Dentre tantos aventureiros que frequentavam o Maranhão, Mariz e Provençal (2011, p. 29) referem que “de 1594 até 1596 *Jacques Riffault*, com três naus, patrulhava a costa do Rio Grande do Norte até o Maranhão e concluiu aliança com os índios” para cooperação com a coroa francesa. De tantas aventuras resultou a permanência de franceses como *Charles des Vaux* e *Du Manoir* que conviveram com os índios da ilha do Upaon-açu e no entorno do Golfão antes da ocupação oficial, granjeando sua amizade e aceitação de aliança para este fim. Para além da simples amizade, por ocasião das tentativas de conquista do Ceará e do Maranhão, havia relatos de que alguns grupos indígenas possuíam armas obtidas dos aventureiros.

Por contingência do regime da união das coroas ibéricas, as autoridades espanholas e portuguesas estavam devidamente informadas sobre a presença de aventureiros na costa norte do Brasil, mas não manifestavam preocupação com tais notícias, por julgarem superavaliadas ou por injunções de caráter administrativo entre as duas coroas, devendo-se considerar as distâncias e os custos de uma campanha a enfrentar. Conforme Mariz e Provençal (2011, p. 75), ao final do século XVI, “numerosos franceses viviam entre os índios no Maranhão” negociando trocas e aquisição de produtos da região que tinham alto valor de mercado na Europa.

Estas atividades continuaram no início do século XVII, como atesta a presença de navios comandados por dois corsários de *Diepe* na ilha de Santana, quando da chegada da expedição de *Daniel de la Touche* para fundar a França Equinocial, ato marcado pela construção e inauguração do forte de São Luís, celebração da primeira missa no dia 8 de setembro de 1612, data da fundação da cidade em homenagem ao monarca francês Luís XIII, apoiador da iniciativa.

Sobre a presença francesa no Maranhão por ocasião da chegada da esquadra de *Daniel de la Touche*, Monteiro (2013, p. 16) afirma que “lá, já se encontravam uns 400 franceses e navios oriundos do Havre e de Dieppe, o que mostra que já frequentavam bastante o local. Isto justifica o clima de festa descrito por Meireles (1982) por ocasião da recepção a *Daniel de la Touche* e sua comitiva, descrito como um evento digno de tantos outros realizados em França.

O papel dos índios na conquista do Maranhão

Qualquer interpretação sobre as possibilidades de os índios do Maranhão terem contribuído com a conquista do seu território pelos colonizadores deve valorizar o modo como foi operada a primeira aproximação. Durante a primeira fase da colonização portuguesa do Brasil, foram registradas colaborações movidas pela curiosidade que os nativos demonstravam para com a utilidade dos produtos que lhes eram apresentados. Neste rol se encontravam os produtos usados no trato com a natureza, por ocasião das guerras e os de uso doméstico e pessoal.

No percurso do processo de aproximação, as primeiras impressões sempre eram marcadas por ações colaborativas dos nativos para com os visitantes, notadamente quando conjecturavam possíveis vantagens, prometidas ou depreendidas. No entanto, as ações colaborativas logo cessavam quando os índios se percebiam usurpados na sua liberdade e nos bens naturais de que se julgavam assenhoreados. Este comportamento é assinalado por d' Evreux (2007), ao relatar que os índios não são confiáveis nas guerras posto que só atuam precedidos pelo homem branco e, quando sós, não raro fogem às tarefas sob sua responsabilidade.

Parecendo não ter tomado conhecimento da fragilidade de caráter dos índios, os europeus sempre atribuíam votos de confiança na expectativa de que pudesse assumir responsabilidades em compromissos a seu favor. A fragilidade de caráter dos nativos não deveria ser conhecida dos holandeses quando do planejamento da campanha para ocupar a cidade de São Luís, pois, conforme Barleu (2018, p. 301), a campanha holandesa para a conquista do Maranhão contava com a “boa vontade dos brasileiros de forma mais variada, aumentando-se o número de índios que adotariam nossos costumes”, entre outras vantagens esperadas.

Entre os habitantes do litoral e do sertão maranhense, havia significativas diferenças do modo de vida e dos saberes, expressas pela apropriação das técnicas, fato que ganhava maior visibilidade se comparado ao modelo europeu. Os habitantes do litoral eram seminômades, viviam em aldeias e operavam, razoavelmente, a caça, a pesca e o cultivo de produtos como a mandioca, o algodão e o milho, condição que lhes exigia aprimoramento constante mediante as necessidades de superarem obstáculos ou criarem melhores alternativas de produção.

A afirmação da superioridade cognitiva e técnica dos tupinambás tem fundamento nos relatos de alguns cronistas, particularmente na afirmativa do cacique Japiaçu, maioral das aldeias da ilha do Maranhão (D'ABBEVILLE, 1975, p. 59), em discurso proferido durante reunião com os chefes da expedição francesa:

[...] estávamos decididos a passar o resto de nossos dias longe dos franceses, nossos bons amigos, sem mais pensarmos em foices, machados, facas e outras mercadorias, e conformados com voltar à antiga e miserável vida de nossos antepassados que cultivavam a terra e

derrubavam as árvores com pedras duras.

Os tupinambás integravam o tronco Tupi, descrito como mais evoluído cultural e tecnicamente quando comparado aos seus rivais. Segundo Couto (2011, p. 59), a maior evolução dos índios do tronco Tupi era representada pelo modo de vida semossedentária e caracterizada pela relação com a natureza, fundada na disponibilidade de recursos alimentares para coleta, caça e pesca, e na produção extensiva de alguns gêneros alimentícios, dentre os quais a mandioca e o milho.

Para d'Abbeville (1975, p. 139), as aldeias apresentavam grande desnível cultural e técnico comparativamente às povoações europeias, afirmando que não passavam de “quatro cabanas feitas de paus grossos ou estacas e cobertas de cima a baixo com folhas de palmeiras” encontradas em abundância nas matas da região. O autor acrescenta que as cabanas “têm de vinte e seis a trinta pés de largura, e de duzentos a quinhentos pés de comprimento, segundo o número de pessoas que nelas habitam”.

A menor evolução dos indivíduos do tronco Jê era atribuída ao fato de exercerem modo de vida nômade e por viverem principalmente da caça, da pesca e da coleta de frutos silvestres, subordinados ao determinismo geográfico em face da sazonalidade climática e não possuírem o domínio da manufatura de alimentos e de utensílios empregados nas atividades diárias. Muitos grupos eram ferozes e muitos grupos praticavam o canibalismo, particularmente quando da falta de proteína. Ademais, muitos grupos não exerciam o domínio de técnicas mais estruturadas. Citando as memórias de Paula Ribeiro, Lima e Aroso (1989) afirmam que os indivíduos vagam errantes pelas terras que lhes pertencem e apenas na estação das secas intensificam a caça, a pesca e a coleta de frutos silvestres. Com o início das chuvas retornam às aldeias onde havia ficado pouca gente para cuidar dos inválidos e iniciam o plantio de batata, amendoim e milho.

Dentre os muitos relatos do caráter belicoso e da ferocidade de algumas tribos do grupo Jê, Barleu (2018, p. 322) refere o desterro de 24 cidadãos de São Luís “insuspeitos de qualquer traição, mandando-os serem abandonados no continente, onde foram trucidados pelos tapuias, ferozes antropófagos que odiavam os portugueses”. Relatos desta ferocidade são comuns com referência à dizimação de muitos dos primeiros núcleos de colonos que se instalavam no continente, muitas vezes com extinção de famílias inteiras com seus agregados e escravos.

Segundo Coelho (1987), muitas tribos do grupo Jê, dispersas ao longo do território maranhense, são resultado de sucessivas injunções que podem ter resultado em extinção, esfacelamento e reagrupamentos, mas sempre é mantida a semelhança das manifestações culturais independentes do território ocupado e do tipo e da qualidade dos recursos oferecidos para a população.

Feitosa (2016) entende que a condição dos indígenas encontrados no Maranhão, mesmo dos grupos mais evoluídos cultural e tecnicamente, não causavam grandes impactos no ambiente, tanto pelo “estado semigregário em que se encontravam como pela falta de instrumentos que lhes possibilitassem ações

mais efetivas para o corte e beneficiamento de árvores, o que limitava preparo da terra para o plantio e a construção de abrigos para habitação”.

O baixo nível da técnica apropriada pelos indígenas, independente do tronco linguístico a que pertenciam, favorecia sua circulação pelo território, fato que proporcionava o conhecimento detalhado dos riscos do terreno e da natureza em geral, de seus recursos em termos da caça, da pesca e da coleta de frutos silvestres, além dos efeitos fitoterápicos das plantas. Tal conhecimento tornou-se muito útil aos portugueses que, mesmo mantendo os índios na condição de escravos ou de cidadão portugueses de segunda classe, não podiam prescindir dos seus serviços para a obtenção de alimentos e outros bens produzidos pela natureza.

O índio escravizado, mas não aviltado, estava sempre disposto a servir seus senhores, notadamente quando a tarefa a ele atribuída situava-se no seu domínio de conhecimento. A relativa ingenuidade demonstrada nos negócios com os aventureiros foi explorada por muitos colonos que se utilizavam da mão de obra do índio como escravo, em quaisquer atividades, para prover o seu sustento, pois o sentimento dos colonizadores era de que o trabalho braçal era indígnio ao europeu.

O desconhecimento dos obstáculos oferecidos pelo ambiente, o modo de vida e a inadaptação aos rigores do clima tornavam os colonizadores dependentes de qualquer auxílio externo. Seus saberes pouco representavam no enfrentamento das adversidades e, neste aspecto, os saberes indígenas consistiam na assistência de que necessitavam. Os índios podiam ser e agir de modo dócil e fiel ou feroz e cruel, dependendo do tratamento recebido pelos seus interlocutores.

Conclusão

As relações humanas envolvidas em todos os processos de colonização sempre foram marcadas por conflitos entre os grupos envolvidos. No que se refere ao território do Maranhão, tais conflitos assumiram caráter particular em face dos comportamentos e dos sentimentos diferenciados, considerando a diversidade de povos indígenas, dos aventureiros, dos franceses e dos portugueses.

O ambiente social encontrado pelos europeus, aventureiros ou colonizadores, expressava forte inimizade entre as tribos dos troncos linguísticos Jê e Tupi, produto da sucessão de guerras e conflitos pela conquista dos territórios mais dotados de recurso para a sobrevivência do seu povo. Tais conflitos tinham produzido uma organização espacial pautada na superioridade numérica e técnica das tribos tupis que ocupavam as maiores extensões do espaço costeiro.

A chegada dos aventureiros possibilitou os primeiros contatos em clima amistoso pela novidade dos produtos oferecidos por ambas as partes, estabelecendo-se um complexo de relações em que todos os envolvidos almejavam ganhos com as transações. Os aventureiros buscavam enriquecimento e os índios deleitavam-se com as novidades.

As relações com os franceses foram facilitadas pela convivência com aventureiros dessa nacionalidade, e a criação da França Equinocial representava já uma aspiração dos tupinambás que ocupavam a ilha Upaon-Açu, particularmente, pela possibilidade de se distanciarem dos portugueses contra os quais pesava a memória da guerra da Bahia e cujo sentimento de ódio parecia ser alimentado permanentemente.

A chegada dos portugueses representou, de início, a quebra de todas as expectativas de estabilidade alimentadas com a convivência com os franceses. Contudo, a sua instalação não gerou guerras contra os índios das ilhas do golfão que logo perceberam novas possibilidades de convivência pacífica. No entanto, a conquista dos vales úmidos e do sertão resultou de grandes embates com mortes de ambos os lados, mas com maiores derrotas dos povos primitivos.

Como constatado, os povos indígenas muito contribuíram com seus saberes e sua força para a adaptação dos portugueses. Embora impondo-lhes muitas derrotas pontuais, seus saberes e sua força representaram as únicas possibilidades de conforto quanto à obtenção de gêneros alimentícios e de produtos para exportação, especialmente madeira e algumas drogas do sertão.

REFERÊNCIAS

- BARLEU, G. **História do Brasil sob o governo de Maurício de Nassau (1636-1644)**. Recife: Cepe, 2018.
- COELHO, E. M. B. **Cultura e sobrevivência dos índios no Maranhão**. Relatório de Pesquisa. São Luís: PPPG/EDUFMA, 1987.
- COUTO, J. **A Construção do Brasil**: ameríndios, portugueses e africanos, do início do povoamento a finais de Quinhentos. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011.
- CUNHA, M. C. da. **Índios no Brasil**: história, direitos e cidadania. São Paulo: Claro Enigma, 2012.
- FEITOSA, A. C. Ambiente e paisagem no Maranhão Colonial: ação de índios e conquistadores na modelagem das paisagens culturais. In: CARVALHO, C. de M. B. de; CUTRIM, K. D. G.; CÂMARA, R. B. (Org.). **Espaço, cultura e turismo**. São Luís: EDUFMA, 2017.
- _____. Geodiversidade como patrimônio turístico do Estado do Maranhão-Brasil: a singularidade dos cenários naturais. In: JACINTO, R.; DIÉGUEZ, V. C. (Org.). **Diálogos (Trans)fronteiriços: Patrimónios, Territórios, Culturas**. Guarda: Iberografias, 2016. v. 31, p. 441-456.
- _____. Amazônia: conquista e gestão do espaço português durante o Período colonial. In: PETROV, P. et al. (Ed.). **Avanços em Literatura e Cultura brasileiras**: séculos XV a XIX. p. 11-26. Santiago de Compostela-Faro: Associação Internacional de Lusitanistas (AIL) -Através Editora, 2012.

_____. Controvérsias na denominação da ilhe do Maranhão. **Humanae Hes**, São Luís, v. 3 p. 31-41, 1989.

_____. **Evolução morfogenética do litoral norte da ilha do Maranhão**. Dissertação de mestrado. Rio Claro: IGCE/UNESP, 1987.

HEMMING, J. **Ouro vermelho**: a conquista dos índios brasileiros. São Paulo: Edusp, 2007.

LIMA, O. C.; AROSO, O. C. L. **Pré-História Maranhense**. São Luís: Gráfica Escolar, 1989.

LOPES, R. **Uma região tropical**. v. 2. Rio de Janeiro: Cia. Ed. Fon-Fon e Seleta, 1970. (Coleção São Luís).

MARIZ, V.; PROVENÇAL, L. **Os franceses no Maranhão**: La Ravardière e a França Equinocial (1612-1615). 2. ed. São Luís: Instituto Geia, 2011.

MARQUES, C. A. **Dicionário Histórico-Geográfico da Província do Maranhão**. 3. ed. São Luís: Edições AML, 2008.

MONTEIRO, D. O. Jerônimo de Albuquerque: um marinheiro na conquista do Maranhão. **Revista Marítima Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 133, n. 10, out./dez. 2013.

MORENO, D. de C. **Jornada do Maranhão**: por ordem de sua Majestade, feita em 1614. Volume 161. Brasília: Senado Federal; Conselho Editorial, 2011.

SOBRINHO, T. P. As migrações paleolíticas e as inscrições rupestres na América. **Revista do Instituto Histórico do Ceará**, Fortaleza, n. 69, p. 5-20, 1955.

RIBEIRO, F. de P. Memoria sobre as nações gentias que presentemente habitam o Continente do Maranhão: analyse de algumas tribus mais conhecidas: processo de suas hostilidades sobre os habitantes: causas que lhes tem dificultado a redução, e unico methodo que seriamente poderá reduzil-as. **Revista Trimensal de Historia e Geographia ou Jornal do Instituto Historico e Geographico Brasileiro**, Rio de Janeiro, tomo 3º., n. 10, p. 184-197; n. 11, p. 297-322; n. 12, p. 442-456.

SOUZA, G. S. de. **Tratado Descriptivo do Brasil em 1587**. 3. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.

TODOROV, T. **A conquista da América**: a questão do outro. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

